

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.922 - DF (2019/0018261-6)**

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL  
AGRAVADO : ADILSON NORONHA DOS SANTOS  
AGRAVADO : ADMAR GONZAGA NETO  
AGRAVADO : JOSE MESSIAS CASTRO SILVA  
AGRAVADO : LUIS ALBERTO DE AVELAR DA SILVA  
AGRAVADO : MARIA DE FATIMA BASTOS BESSA VALIM  
AGRAVADO : ROSENTAL ANTERO ALVES JUNIOR  
AGRAVADO : SANDRA MARIA DE AZEVEDO REGIS MIRANDA DUQUE  
AGRAVADO : TATIANA MENEZES DE ARAUJO JORGE  
AGRAVADO : TESSIA MARIA BORGES TEIXEIRA  
AGRAVADO : LAURECI BORGES DE LIMA  
ADVOGADOS : AMÁRIO CASSIMIRO DA SILVA - DF006603  
              JOSÉ AMÉRICO CASTANHEIRA BORGES E OUTRO(S) -  
              DF011999

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base na incidência da Súmula n. 83/STJ (tanto no sentido de que é cabível a incidência dos expurgos inflacionários na restituição dos valores referentes às contribuições efetuadas ao antigo IPC, quanto no sentido de que, ainda que os expurgos inflacionários pleiteados datem de período anterior aos cinco anos da propositura da demanda, não há que se falar em prescrição da ação ou do próprio fundo de direito, porquanto deve ser observado, na hipótese, o princípio da *actio nata*).

A parte agravante, entretanto, deixou de impugnar especificamente o óbice referente à ocorrência da Súmula n. 83/STJ (no sentido de que é cabível a incidência dos expurgos inflacionários na restituição dos valores referentes às contribuições efetuadas ao antigo IPC).

Desse modo, forçosa é a incidência do art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ e art. 932, III, do CPC/2015, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

A propósito, confira-se o precedente da E. Corte Especial do STJ

no EAREsp 746.775 / PR, julgado em 19 de setembro de 2018:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, não conheço do presente agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator